



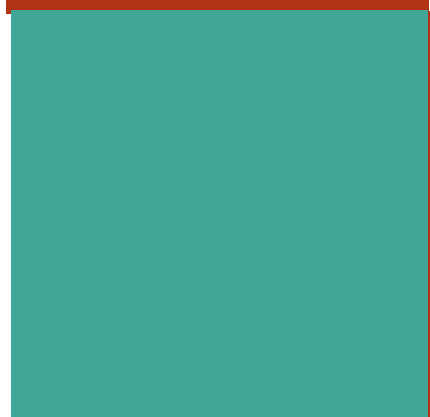
As transformações do trabalho e cidadania: do fordismo ao pós-fordismo

Resenha

COCCO, Giuseppe. Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização. 2ª Edição. São Paulo. Editora Cortez. 2001.

Valéria Macedo

Doutora em Ciência de Informação – Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Giuseppe Mario Cocco é Doutor em História Social e autor de vários livros com temas sobre trabalho, comunicação, globalização entre outros. No seu livro “Trabalho e Cidadania”, Cocco (2001) resgata inicialmente as consequências da globalização no mercado financeiro na ocasião da crise asiática (1997), destacando a automatização das atividades como uma esfera real para aprofundar uma discussão sobre as dimensões pós-industriais do regime de acumulação globalizada e pós-fordista.

Durante e logo após essa crise econômica no final do século XX muitos questionamentos surgiram quanto aos processos de internacionalização da produção, da globalização das finanças e distribuição das funções das empresas e da sua produção.

Segundo Cocco (2001), é importante compreender os desafios da transformação social por meio do debate da crise do fordismo e os modelos alternativos que emergiram para investigar com um olhar sociológico e filosófico diante do impacto do fim do trabalho devido às mudanças estruturais do capitalismo contemporâneo.

No primeiro capítulo, o autor apresenta dois eixos de análise para a crise financeira global. O primeiro eixo aborda a automatização do capital fictício em relação a esfera real (produtiva). Existem complexas correlações que ligam a produção ao consumo e, conforme abordagem do autor, a questão central está na distribuição e circulação da produção e não mais na produção da riqueza. Para Cocco (2001), a acumulação da poupança não se encontra mais na relação salarial formal tradicional que envolve o trabalho porque as novas formas de circulação resultam em um novo padrão de valor, impactando diretamente a distribuição de renda.

Para fundamentar seu posicionamento, o autor cita o economista suíço Christian Marazzi devido a visão de que a produção não é mais a mesma (indústria pesada/indústria taylorista), o novo poder do dinheiro (capital na forma de dinheiro) e a nova qualidade do trabalho que os tentam medir e conseqüentemente controlar.

O entendimento conceitual deste eixo de análise apresenta que no fordismo o fator de custo (produção) integrava o vetor demanda em seus arranjos produtivos, enquanto no pós-fordismo a relação salarial (forma) perde sua dinâmica e capacidade de

funcionar como motor e formação de mais valia devido a existência de um movimento sociopolítico.

O segundo eixo apresenta o Estado como um espaço de resistência e globalização. O alinhamento (ou enfrentamento) em torno de posições que implicam a defesa da soberania nacional, sendo portanto, o papel do Estado nacional acabar firmando alianças transversais e ambíguas, muitas vezes de interesses opostos.

Na globalização financeira o Estado adota o papel de regulador econômico de uma forma ampla, mesmo considerando a burocracia existente. Os bancos centrais fortes são fundamentais e importantes instrumentos para limitarem excessos existentes na formalização de alianças comerciais devido interesses opostos dos investidores.

Dessa forma, Cocco (2001) apresenta respostas de porque o Brasil, um país pós desenvolvimentista e periférico no mundo global, ainda possui condições precárias de miséria absoluta, diferentemente de economias centrais como os Estados Unidos. Inicialmente, porque países periféricos não dispõem de conjuntos de instrumentos necessários para sustentar novas políticas enquanto as economias centrais envolvem de maneira significativa a esfera da produção de bens e serviços em um mercado globalizado.

Por isso, Cocco (2001) afirma que um estado neoliberal tende a reduzir os espaços de participação democrática e é permeado por fortes tendências autoritárias, ou seja, a ideologia de um estado mínimo não significa redução do papel do Estado e sim a reforma de algumas funções que ocupa. Por exemplo, os EUA alcançaram a prosperidade econômica combatendo a criminalidade por meio de detenção e punição de criminosos resultando em melhores condições de vida americana, o que impactou na melhoria dos níveis de emprego.

E, finalmente, o autor destaca o Estado como uma figura de mediação social em função da relevância do trabalho vivo na mobilização das transformações sociais.. Para tal resposta, ele resgata o conceito de regime de acumulação fordista para explicar que o conflito nunca é resolvido ou pacificado. Nesse sentido, Cocco (2001) destaca o exemplo do processo de unificação da Alemanha em 1980, quando a pacificação de um conflito de classe em um estado social produziu uma nova situação. O Estado do bem-estar resulta

de uma efetiva pacificação de conflitos de classe, que descola o terreno da crítica para práticas comunicativas em uma vida social.

O autor conclui o capítulo 1 com a afirmação de que o trabalho vivo deve ser mobilizado para tornar as transformações atuais sensatas, “o trabalho vivo produz a indistinção do econômico e do político” (NEGRI, 1992, p).

No capítulo 2, observamos o resgate de referências conceituais sobre fordismo e pós-fordismo no sentido de aprofundar o entendimento da globalização e seus impactos nos modos de produção e distribuição de renda e de explicar o significado do surgimento de um estado regulador intervencionista e suas políticas econômicas. Para tal explicação, o autor apresenta que a reconstrução das economias europeias e americana pós-guerra se deve à emergência de uma dinâmica virtuosa alimentada pelos modos de repartição dos ganhos de produtividade, acumulação e salários reais. A distribuição de renda passa a ser determinada pelos salários reais (diretos) e pelos sistemas de bem-estar social (indiretos). Neste momento surge uma nova forma de Estado, o Estado-Planejador.

O Estado-Planejador surge com a expansão do papel do Estado regulando diretamente o mercado e controlando o processo produtivo. Neste momento, as elites empresariais e os trabalhadores são atores de um conflito social integrado, representado por uma regulação fordista. Em tal regulação ocorre a centralidade dos atores no processo de representatividade dos interesses a nível do Estado – conflito entre capital e trabalho – por meio de processos de integração que a própria dinâmica do conflito determina. Neste sentido o autor resgata Souza Santos (1998) para definir que o Estado Corporativo é o indutor de um mecanismo hierárquico que não é reduzido pela prévia institucionalização das regras de competição política.

Todavia, o corporativismo periférico não consegue construir um sólido sistema de partidos, dos diferentes interesses sociais e dos conflitos que eles determinam. Por exemplo, o corporativismo das social-democracias europeias é mais democrático do que as democracias latino-americanas em geral.

No caso do Brasil, a substituição das importações levou a construção do maior parque industrial da América Latina, entretanto, nunca constituiu um mercado interno

forte. Deve-se a este fato o alto processo inflacionário sofrido, a crise da dívida externa que ocorre em um ambiente da existência do narcotráfico e a difusão social violenta. O resultado foi uma urbanização onde a dinâmica da distribuição da renda não conseguiu se manter e tornou as metrópoles mais violentas.

Durante o corporativismo fordista, destaca-se alto nível de autonomia como incremento de uma composição orgânica do capital e dos ganhos de produtividade (salários reais). A regulamentação fordista institucionaliza a relação salarial quanto a repartição dos ganhos de produtividade, do consumo por meio dos salários reais e a sustentabilidade por meio da acumulação e racionalização da organização através do taylorismo.

A crise fordista transparece de um movimento de estagnação econômica devido: a queda dos ganhos de produtividade (salários estagnados, aumentos dos preços e inflação), a abertura da concorrência internacional (quebra do equilíbrio oligopolista fordista), a dimensão dinâmica da deslocalização da produção (internacionalização dos mercados – insumos e produtos), o surgimento das organizações flexíveis com suas novas formas de estrutura em rede, uma nova composição orgânica do capital (queda da demanda dos trabalhadores não qualificados) e pelas mudanças tecnológicas com o aumento no uso dos computadores.

Segundo Cocco (2001), esta crise promoveu dois movimentos: a) flexibilização defensiva com a externalização da produção por meio de fluxos internacionais de investimento provocando uma saturação social da organização trabalho; b) desvalorização crescente do valor do trabalho fabril com a fuga do trabalhador menos qualificado das fábricas fazendo com que o Estado se torne um agente da promoção social e organizador da economia. Como exemplo deste movimento, encontra-se o Estado-Providor, aquele que cria e utiliza instrumentos de mediação por meio de regimes externos à fábrica (seguro-desemprego, transporte, infraestrutura básica).

Diante disso, Cocco (2001) aprofunda a análise dos paradigmas sociais pós-fordismo através do processo de desterritorialização produtiva que possui as seguintes características: a) os territórios passam a ser reorganizados por meio de novas formas de

cooperação criativa e produtiva com a adoção de diferentes soluções e modelos gerenciais; b) o local da produção passa de um local onde se integra as funções complexas para a inovação, criação, produção e consumo para um território estendido, onde as empresas buscam melhor performance em um processo socioprodutivo; c) a empresa se reinventa e se requalifica com a adoção de atividades de gestão, inovação e coordenação por meio do trabalho imaterial que emerge junto com novos fatores estratégicos como a pesquisa e o desenvolvimento, a comunicação e o marketing, o design e a formação profissional.

As novas competências e a reorganização do processo de trabalho integram as dinâmicas do consumo. Assim, um novo ciclo econômico determinou a globalização das empresas, o surgimento da terceirização do trabalho e, ainda, o deslocamento para um mercado *just in time*. E qual o novo papel do Estado na nova economia? Segundo o autor, o Estado precisa repensar suas políticas econômicas na perspectiva da redução da desigualdade e do acesso a serviços. Assim como criar políticas que valorizem as interdependências entre indústria e redes de colaboração, entre dimensões fabris e dinâmicas sociais.

O autor conclui o Capítulo 2 apresentando uma sinopse do deslocamento paradigmático do fordismo para o pós-fordismo, destacando que no fordismo a produção comanda a reprodução, a fábrica é o núcleo e a inserção na relação produtiva que legitima a cidadania. Enquanto que no pós-fordismo a reprodução integra a produção e vice-versa, a fábrica é o elo e a cidadania determina a inserção produtiva.

No capítulo 3, o autor aborda a nova qualidade do trabalho vivo no pós-fordismo destacando o surgimento de uma nova forma de empresariado caracterizado por um trabalho realizado em domicílio, precário e informal em um espaço temporal de produção múltipla, aberta e livre.

As empresas redes e as redes de integração virtual aparecem com a evolução das normas de consumo que demandam de processos que criam uma reconcentração do trabalho e uma nova centralidade do trabalho vivo. Segundo o autor, as inovações tecnológicas alimentam a mudança de economia de escala fordista para um modelo de especialização flexível. As redes telemáticas internas e externas às empresas provocam a

diminuição da automação e o avanço da melhor circulação e exploração da informação. Por exemplo, bancos, transportes, telecomunicações usam a difusão de redes telemáticas com o consumidor se tornando parte ativa da rede, e ainda individualiza o uso a partir das ofertas com possibilidades virtuais que tendem ao infinito.

Segundo Cocco (2021), no pós-fordismo as diferentes formas de organizacionais – firma integrada, firma-rede e firma virtual – coexistem e ao mesmo tempo perdem suas características específicas, suas capacidades padronizadoras de espaços socioeconômicos. A empresa pós-industrial é um nó interativo e aberto nas redes desenhadas pelas trajetórias de cooperação social. Neste contexto, a comunicação é a interface entre os comportamentos de consumo e as condições técnicas da produção.

A nova indústria do setor terciário no segmento de serviços, por exemplo, transforma os materiais circulares. O trabalho imaterial possui características de inovação contínua da comunicação nas dinâmicas produtivas. O trabalho imaterial se torna uma característica do trabalho e não mais do produto. Esta nova dimensão do trabalho ocorre porque o produto deixa de ser produzido pelo trabalhador para ser tornar o resultado das combinações das atividades sociais (Negri e Lazzarato, 1992). Neste sentido, a comunicação possibilita que a produção e a transferência de informação impulsionem a mobilidade dos agentes dos produtos e a formação.

A comunicação favorece a gestão das novas tecnologias, sendo a análise do comportamento do consumidor o recurso mais precioso para a nova forma de trabalho. O trabalho imaterial passa a ocorrer com a interface entre o homem e a máquina integrando o consumo a produção. A dimensão do imaterial não é mais uma característica do produto e sim do trabalho resultando em um novo regime de acumulação.

Portanto, Cocco (2001) conclui o Capítulo 3 destacando a necessidade de recompor o fazer e o agir do trabalho, comentando que as novas práticas gerenciais possibilitam a subjetividade do trabalho como um ciclo de valorização sem separar o que é produção e reprodução.

A produção da cidade e como tornar a cidade um lugar de produção é tratado no Capítulo 4. Para tal análise, o autor resgata a temática da globalização tratada no início do

livro destacando que “a globalização das economias centrais e periféricas determina os imperativos de adaptação competitiva que tendem a homogeneizar mundialmente as estratégias industriais e econômicas em cada país”. Este resgate representa que a crise do Estado, do pós-fordismo, pode representar um movimento que novamente centraliza a produção em torno da cidade por meio da concentração dos fluxos na rede-arquipélagos.

As cidades como Los Angeles (EUA) representam este movimento onde novas formas de controle e espaços surgem como um novo paradigma urbano devido uma trama complexa, dependente entre si, mas a mesma interdependência conectada por fluxos estruturados por meio de trabalho imaterial. O acesso aos conhecimentos, as informações e a qualidade da força de trabalho constituem o requisito, invisivelmente mas extremamente importante para o desenvolvimento local (DOERINGER, 1987)

Na conclusão do livro o autor apresenta uma série de apontamentos sobre as novas contradições sociais e deixa portas abertas para que novas análises possam ser realizadas sobre a transformação do trabalho na concepção da existência do trabalho vivo, o imaterial.